



ÁLTERA

Revista de antropologia

N. 16, 2023

Dossiê:

ANTROPOLOGIA E/DA EDUCAÇÃO



Fotografia: Library of Congress



ANTROPOLOGIA E/DA EDUCAÇÃO

Anthropology and/of Education

Antropología y/de la Educación

Amurabi Oliveira

Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina

Fernanda Müller

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Áltera, João Pessoa, Número 16, 2023, e01600, p. 1-9

ISSN 2447-9837



APRESENTAÇÃO

O diálogo interdisciplinar entre Antropologia e Educação remonta aos primórdios da Antropologia como uma disciplina acadêmica (Gusmão, 1997). Este debate centra-se no entendimento de que os processos educacionais são fundamentais para a formação e transformação cultural, destacando-se como um campo fértil para investigações antropológicas. A Educação, vista através da lente antropológica, transcende a mera transmissão de conhecimento, abarcando as maneiras pelas quais as culturas moldam, e são moldadas, pelas experiências de ensino e aprendizagem.

Poderíamos afirmar que reside justamente aí uma das contribuições mais incisivas da antropologia para o campo educacional: a possibilidade de pensar a educação de forma alargada. No cerne desta questão encontra-se a indissociabilidade entre educação e cultura, na medida em que a prática educativa é também uma prática cultural.

Franz Boas (1858-1942) introduziu a ideia de relativismo cultural, opondo-se às visões etnocêntricas e enfatizando a importância de entender cada cultura dentro de seu próprio contexto. Margaret Mead (1901-1978) mostra como as diferentes culturas impactam o desenvolvimento e a socialização de adolescentes, particularmente em sua obra *Coming of Age in Samoa* (1928). Ruth Benedict (1887-1948) expandiu essas ideias em seu trabalho *Patterns of Culture* (1934), argumentando que cada sociedade possui um “padrão cultural” distinto, que molda as crenças e comportamentos. Esses antropólogos, ao descreverem diferentes culturas, acabaram tratando também de processos de ensino e aprendizagem. Talvez esses três antropólogos sejam os exemplos mais conhecidos entre os clássicos da antropologia cultural que se dedicaram ao debate educacional, porém, eles não são os únicos.

A integração da “Antropologia Pedagógica” nos currículos das escolas normais no Brasil no começo do século XX foi um marco significativo na história educacional do país (Oliveira, 2013). Esta inserção refletiu uma nova era de inovação pedagógica, alinhada com o movimento de reforma educacional desse período. Os reformadores educacionais, inspirados pelo pensamento progressista e pela necessidade de um ensino que contemplasse os aspectos sociais e culturais, viram na Antropologia uma disciplina capaz de oferecer *insights* valiosos para a prática pedagógica. Inspirados pelo pragmatismo de pensadores como John Dewey (1859-1952), que via a educação como catalisadora do desenvolvimento pessoal e social, os reformadores brasileiros viram na Antropologia uma disciplina-chave para compreender a educação além da simples transmissão de conhecimento acadêmico, para abarcar todo um repertório de experiências.



Com a adoção da Antropologia Pedagógica, houve um movimento no sentido de preparar os educadores para reconhecerem e valorizarem a diversidade de identidades e a complexidade das realidades socioculturais do Brasil. O objetivo era que a educação pudesse servir como uma ponte para conectar essa diversidade com o processo de construção de uma sociedade mais compreensiva e integrada. A incorporação desta disciplina nos currículos visava dotar os professores de ferramentas para entenderem seu papel não só como transmissores de conhecimento, mas como agentes de transformação social.

Essa estratégia pedagógica foi crucial para fundamentar a educação em uma compreensão mais aprofundada das realidades socioculturais do Brasil. Com a visão de educadores como Anísio Teixeira (1900-1971) e as pesquisas conduzidas pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), a Antropologia Pedagógica se tornou parte indispensável do desenvolvimento de políticas e práticas educacionais. Vincularam-se ao CBPE e seus centros regionais antropólogos de destaque, como Gilberto Freyre (1900-1987), Darcy Ribeiro (1922-1997) e Josildeth Gomes Consorte (nascida em 1930), tendo o centro também marcando presença durante a fundação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), durante sua segunda reunião em 1955.

No entanto, foi no final da década de 1960, com a fundação dos programas de pós-graduação em Antropologia/Ciências Sociais e em Educação, que a pesquisa antropológica educacional começou a ser sistematizada no Brasil. Os campos da Antropologia e da Educação começaram a estabelecer um diálogo mais estruturado, resultando em uma análise mais aprofundada e rigorosa dos processos educativos e seus contextos culturais¹.

Já na década de 1980, o processo de redemocratização reacendeu o debate sobre a pluralidade cultural no contexto educacional. A promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996 foi um marco que refletiu e reforçou esse debate (Brasil, 1996). Esta lei trouxe uma nova ênfase na valorização e respeito à diversidade cultural como um princípio educacional. Avanços legislativos subsequentes, tais como a Lei 10.639/03 e a Lei 10.645/08, incluíram no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Essa nossa breve síntese nos possibilita vislumbrar duas questões principais que têm sido constantemente retomadas por pesquisadores/as da área: a) que o diálogo da antropologia com a educação é constitutivo do próprio campo antropológico; b) apesar dos avanços inegáveis nos últimos anos, este é um campo marcado

¹ Não podemos olvidar, no entanto, que esse processo teve como uma de suas “consequências não intencionais” a incorporação de antropólogos às Faculdades de Educação, que passaram a atuar diretamente na formação de professores.



por tensões e por retrocessos em muitos momentos, como quando o CBPE teve suas atividades encerradas no contexto da ditadura civil-militar.

Nossa breve apresentação serve de pano de fundo aos debates promovidos pelos artigos que compõem o presente dossiê. São trabalhos diversos e polifônicos que a partir de diferentes ângulos exploram as múltiplas interfaces entre a antropologia e a educação. Em seu conjunto, os textos que compõem o presente dossiê dialogam tanto com temas clássicos – incluindo-se uma tradução inédita de Ruth Benedict – quanto debates mais contemporâneos. Deve-se destacar o forte diálogo de alguns trabalhos com a antropologia da criança, o que demonstra o quão interdisciplinar e multifacetada é a interface entre a antropologia e a educação.

Vale também ressaltar que nossa proposta foi organizar um número que pudesse dialogar não apenas com antropólogos/as profissionais, mas também com não antropólogos/as que, a partir de sua inserção no campo educacional, incorporaram em suas leituras a antropologia, lançando um novo olhar sobre seu campo de inserção acadêmica e profissional.

Em *A Lei 10.639/03 e seu processo de implementação em uma escola de ensino médio na cidade de Teresina (PI)*, Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento analisa como uma escola da rede pública estadual de ensino, na cidade de Teresina, vem incentivando e implementando em suas práticas docentes algumas ações que visam à valorização da diversidade étnico-racial nela presente. Sua reflexão incide sobre a Lei 10.639/03, a qual completou 20 anos recentemente e instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições públicas e privadas de ensino de nível fundamental e médio em todo o país. Como bem enfatiza o autor, apesar dos professores não passarem por uma formação específica para o ensino das relações étnico-raciais, ainda assim buscam incluir a temática em suas aulas e realizar projetos que visam a uma maior visibilidade e ao protagonismo do negro – por mais que a realização destes fique condicionada a datas comemorativas. Por outro lado, o incentivo à prática de uma educação antirracista pelas instâncias governamentais não é visto com a relevância devida, pois observa-se que, apesar da exigência legal, não houve a produção de materiais didáticos específicos para nortear o trabalho docente com a educação para as relações étnico-raciais.

Livia Froes, em *Mulheres do campo na universidade: Percepções e vivências numa Licenciatura em Educação do Campo*, analisa por meio de uma etnografia e narrativas de vida a percepção de mulheres de origem camponesa acerca de certos aspectos de sua trajetória educacional na Licenciatura em Educação do Campo – LeCampo/UFGM. Segundo a autora, a maior parte das entrevistadas relataram passar por uma transição gradual do desconhecimento e estranhamento inicial da linguagem e dos modos de



presença – originários de movimentos sociais e levados para a rotina do curso por meio das místicas, palavras de ordem e bandeiras de luta – ao conhecimento e, em alguns casos, à incorporação de tais práticas e símbolos em atividades e encontros na própria comunidade de origem. Ela enfatiza ainda que há diferentes formas de se integrar, bem como variadas formas de estar, vivenciar e perceber o processo formativo na LeCampo.

Em *Tecnodiversidade e educação: Reflexões a partir de aprendizagens técnicas no meio rural* Eduardo Di Deus propõe um diálogo entre a antropologia da técnica e o campo da antropologia e educação, buscando abordar a complexidade sociológica e antropológica dos fenômenos técnicos. Sua pesquisa concentra-se em aprendizagens técnicas no mundo rural, especialmente na assistência técnica e na extensão rural, utilizando exemplos etnográficos da cultura da seringueira. Neste trabalho, Di Deus enfatiza como a perspectiva antropológica das técnicas e uma concepção de tecnodiversidade nos remetem a olhar as características locais e particulares das técnicas em seus contextos de realização, escapando aos modelos universais. Remetem-nos assim ao caminho de entender as técnicas como partes integrantes das ações humanas, dos modos humanos de agir e se constituir enquanto seres sociais, bem como formas de mediação de relações – não somente entre humanos (na educação, educador e educando), mas também nas relações estabelecidas com (e por) objetos técnicos, seres vivos e o ambiente.

Mario Pereira Borba, em *Reflexões sobre a problemática da atenção escolar nas transições entre criança e estudante*, situa a incidência de um diagnóstico como o de TDAH (transtorno do déficit de atenção com hiperatividade), que eventualmente reifica aspectos problemáticos relativos à atenção escolar. Neste trabalho o autor desenvolve uma breve reflexão sobre a produção de uma subjetividade atenta aos investimentos escolares, que foram relacionados à produção do estudante, considerando a forma como esse processo gradual era percebido dentro da escola e da sua perspectiva (etnográfica) sobre esse cotidiano. A mobilização da atenção em um determinado sentido (do estudante) aparece, para esses jovens, como novas formas de aprender, de sistematizar o conhecimento, gravitando em torno de um comportamento demandado na escola, relacionado ao “prestar atenção”.

Narrativa de vida de uma mulher indígena em defesa da ancestralidade cultural do povo Potiguara de autoria de Nathália Jorge Novais, Luziana Marques da Fonseca Silva, Estêvão Martins Palitot, Juliana Sampaio, Waglânia de Mendonça Faustino e Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle, busca narrar as experiências e contribuições de uma pedagoga indígena que se inseriu nas instituições educacionais e é considerada pelo seu povo Potiguara como referência na educação escolar indígena. O artigo origina-



se do projeto “Partejar: Narrativas de vida de mulheres Potiguara”, tomando como fio condutor principal a entrevista com a mulher indígena “Rosa Vermelha”. Segundo os autores, é evidente seu papel no fortalecimento da cultura indígena através de sua formação acadêmica como pedagoga, sendo essencial para as reflexões acerca do ensino diferenciando, bem como as inserções de língua tupi, etno-história, arte e cultura nas escolas indígenas, agindo como intelectual orgânica do seu povo.

Já em *“A gente descansa de uma coisa fazendo outras”*: Entre muitas mãos, por uma outra educação, construímos o Coletivo NEAN Oju Obá, de autoria de João Vítor Velame, Weverson Bezerra Silva, Uliana Gomes da Silva, Christina Gladys Nogueira, Milene Moraes Ferreira, Beatriz Soares Gonçalves, Marina Prado Santiago, Marianne Muniz Atanazio e Luís Felipe Cardoso Mont’mor, é elaborada uma discussão em torno da construção do coletivo NEAN Oju Obá (Núcleo de Estudos e Pesquisas de Antropologia Negra), o qual vem se movimentando e lutando em defesa de uma pedagogia decolonial e antirracista no ensino superior, e em prol da igualdade de oportunidades para que pessoas negras acessem (e permaneçam) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB, campi I e IV). Foram utilizados nesse artigo três relatos de alunas negras do coletivo para tecer reflexões sobre a relação entre antropologia e educação a partir da realização do Curso Preparatório Negritudes no PPGA/UFPB. Segundo os autores, o coletivo NEAN Oju Obá desempenha um papel crucial na construção de uma educação para o acesso às políticas de cotas na universidade. Além disso, o coletivo desempenha um papel significativo no empoderamento e no fortalecimento da população negra. Os autores enfatizam ainda dois desafios que foram identificados: o primeiro diz respeito à implantação de uma educação antirracista na sociedade brasileira; o segundo desafio está relacionado ao lugar da branquitude, pois é necessário reconhecer não apenas o papel de resistência, solidariedade e enfrentamento dos grupos racializados como não brancos, mas também deve-se reconhecer o lugar claro de privilégio dos brancos dentro dos espaços acadêmicos.

Flora Moana Van de Beuque em *O que é uma boa escola? Adultos e crianças negociando sentidos e práticas em uma instituição pública no Rio de Janeiro* busca enfatizar como as crianças se colocam de forma ativa nas relações que possibilitam que cheguemos à resposta que está no título do artigo: afinal, o que é uma boa escola? Parte-se de um trabalho de campo numa instituição pública no Rio de Janeiro, voltada a alunos de 4 a 10 anos das camadas populares e médias, com estudantes negros e brancos, e marcada por uma heterogeneidade, sendo considerada uma “escola de referência”. Observa-se que, de forma geral, os adultos enfatizaram o processo de ensino-aprendizagem como central no processo escolar, com algumas controvérsias

– como sobre a dimensão política da educação. As crianças, mesmo valorizando os estudos, enfatizaram a brincadeira, a corporalidade ativa e as relações, revelando também opressões étnico-raciais.

Por fim, partindo de uma perspectiva autoetnográfica, Ceres Karam Brum apresenta em *“Pela luz dos olhos teus”*: Uma autoetnografia perspectivista sobre deficiência e aprendizado da percepção alguns resultados dos diálogos que vem realizando entre a antropologia da educação (sobretudo na seara de uma antropologia da aprendizagem) e a antropologia da percepção, com o objetivo de entender como se configura a percepção visual em pessoas com nistagmo e visão monocular. Neste texto é proposta uma abordagem que investe no entendimento da diferença como modo de vida perspectivado pela deficiência, dialogando com a noção de deficiência como modo de vida e com o perspectivismo de Viveiros de Castro.

Observamos nestes textos uma série de temas comuns que refletem a diversidade e complexidade das experiências educacionais, principalmente no contexto do Ensino Médio, superior, mas também da formação e da técnica, com ênfase em questões de inclusão, diversidade cultural e desafios específicos de diferentes grupos sociais. Estes textos, embora distintos em seus enfoques específicos, compartilham aspectos cruciais que são fundamentais no campo da antropologia da educação.

Os textos exploram como diferentes identidades e contextos sociais (como raça, gênero, origem social e capacidade) influenciam as experiências educacionais. Há uma preocupação comum em abordar as barreiras que impedem a igualdade no acesso e sucesso educacional. Além disso, esses estudos destacam a importância da adaptação do conteúdo e métodos educacionais para atender às necessidades específicas de diversos grupos. Eles mostram que a educação não é um conceito monolítico, mas uma experiência multifacetada que deve ser flexível e inclusiva para ser eficaz e justa. Por fim, um tema recorrente é a necessidade de políticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade cultural, linguística e social. Esses textos sublinham a importância de uma educação que não apenas tolera, mas celebra as diferenças, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e representativo.

Amurabi Oliveira e Fernanda Müller



REFERÊNCIAS

BENEDICT, Ruth. **Patterns of Culture**. Boston: Houghton Mifflin, 1934.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação: origens de um diálogo. **Cadernos Cedes**, v. 18, p. 8-25, 1997.

MEAD, Margaret. **Coming of Age in Samoa**. Nova York: Morrow, 1928.

OLIVEIRA, Amurabi de. O lugar da antropologia na formação docente: um olhar a partir das Escolas Normais. **Pro-Posições**, v. 24, p. 27-40, 2013.

